



UMA CRÍTICA AO MITO DA MULHER POR MONIQUE WITTIG E BELL HOOKS

ISABEL NOÊMIA MOUTINHO¹

MARIA LUIZA ANSELMO²

RESUMO

O presente artigo pretende abordar e comparar as diferentes perspectivas desenvolvidas acerca da mulheridade em oposição ao que “mito da mulher”, criado e perpetuado ao longo dos séculos com intuito de classificar e controlar a performance das mulheres destituindo-as da identificação enquanto sujeitos. Para compreender e discutir a concepção apresentada por Simone de Beauvoir sobre seu conceito de *Mito da Feminilidade* (o mito da mulher), utilizaremos as teóricas Monique Wittig e bell hooks, as quais apresentam respectivamente, as perspectivas lésbica e negra como questionamento deste e alternativas para mulheridade.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Mito; Mulheridade; Negritude; Lesbianidade.

ABSTRACT

This article aims to address and compare the different perspectives developed on sisterhood in opposition to the here called “myth of women”, created and perpetuated over the centuries with the aim of classifying and controlling women’s performance, depriving them of identification as subjects. To understand and discuss the conception presented by Simone de Beauvoir about her Myth of Femininity (the myth of woman), we will use theorists Monique Wittig and bell hooks, who respectively present the lesbian and black perspectives as inquiring and alternatives to sisterhood.

KEY-WORDS: Woman; Myth, Sisterhood; Blackness; Lesbianity.

¹ Graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal Rural de Pernambuco

² Graduanda em Bacharelado em Ciências Sociais - Universidade Federal Rural de Pernambuco



INTRODUÇÃO

“Por ser parte de uma tradição cultural [...] Não há discussão do mito porque ele constitui a própria visão de mundo dos indivíduos pertencentes a uma determinada sociedade, tendo, portanto um caráter global que exclui outras perspectivas a partir das quais ele poderia ser discutido [...]”. (MARCONDES, 2002). Entender a humanidade por “realidade histórica” é entender que diferente das outras espécies animais, nela, quase nada é natural. A construção da mulher se inicia com a elaboração de um mito, que ao longo dos séculos criou uma narrativa particular de feminilidade em contraposição ao masculino universal; esta não apenas diferencia os gêneros de forma subjetiva, mas estabelece uma hierarquia de opressão que molda ações de sujeitos com o objetivo de controlar e dominar o que é considerado o Outro. A análise de Simone de Beauvoir sobre o Mito da Feminilidade, presente em *O Segundo Sexo*, oferece uma perspectiva fundamental para compreender essa construção. Beauvoir indaga a noção de que a mulher é uma “essência” pré-determinada, e, existencialista, também sublinha a importância da existência preceder a essência. Monique Wittig, por sua vez, contribui para essa discussão ao questionar a materialidade do gênero, quando destaca que a associação de características biológicas com comportamentos sociais perpetua o “mito da mulher”, por reforçar a ideia de uma hierarquia natural. Já bell hooks, traz uma análise interseccional que examina não apenas as relações de gênero, mas também as interações entre raça e classe; desafiando a ideia de uma identidade feminina monolítica, hooks amplia o escopo do feminismo. Ao confrontar essas perspectivas, este artigo busca desconstruir o “mito da mulher” e assim, destacar as múltiplas formas de mulheridade.

“NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE”: SIMONE DE BEAUVOIR E O MITO DA FEMINILIDADE

18 E disse o SENHOR Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma adjutora que lhe seja adequada.

21 Então o SENHOR Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas e fechou a carne em seu lugar;

22 E da costela que o SENHOR Deus tomou do homem, formou uma mulher, e levou-a a Adão.

23 E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada

(GÊNESIS 2).



Reiterado e legitimado pelas mais importantes instituições de poder, o mito da feminilidade ocupa da propriedade privada aos templos sacros; originalmente publicada em 1949, a obra consagrada marco no movimento feminista, *O Segundo Sexo*, da filósofa parisiense Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir (1909-1986), antepõe no título a condição revisada a seguir; o sexo-apêndice. Ao passo que se entende que a “existência precede a essência”³, a análise beauvoiriana sobre a situação do dito segundo sexo materializa-se para além do próprio ensaio quando concretiza que a essência feminina sucede a existência do homem. Feita sob demanda, Eva, como a criação da mulher, não finda em si, nasce por; pois, uma vez que primogênito, o homem é o um cujo limite requer o Outro, sendo este confim o reafirmar palpável de sua dimensão.

Diante de si, o homem encontra a Natureza; tem a possibilidade de dominá-la e tenta apropriar-se dela. Mas ela não pode satisfazê-lo. Ou ela só se realiza como uma oposição puramente abstrata e é então obstáculo e permanece alheia, ou se dobra passivamente ao desejo do homem e deixa-se assimilar por ele; ele só a possui consumindo-a [...] (BEAUVOIR, 2009, p. 242).

É no defronte com a Natureza que surge ao homem a ideia de alteridade e logo, de liberdade. Ele só é quando o reconhece no outro e isso o condiciona a existência:

É a tragédia da consciência infeliz; toda consciência aspira a colocar-se como sujeito soberano. Toda consciência tenta realizar-se reduzindo a outra à escravidão. Mas o escravo no seu trabalho e no seu medo sente-se, ele também, como essencial e, em virtude de uma reviravolta dialética, é o senhor que a ele se apresenta como inessencial (BEAUVOIR, 2009, p. 242).

A dificuldade da manutenção do rodízio entre sujeito-objeto, a exigir a contínua transcendência que requer o ceder e a condição de um constante estado de alerta, faz o homem titubear sobre a ambivalência de seus próprios anseios. Ele é, nas palavras de Beauvoir, “incapaz de se realizar na solidão”, ainda que enxergue nos outros homens a face da ameaça; a posse do outro cauciona o meu desapossamento. E assim como acontecera com a maioria dos mitos, a feminilidade surge como explicação física, no entanto dessa vez, não da realidade, mas de sua hipótese; o homem percebe na antítese (por isso livre da responsabilidade do reconhecimento de um igual), a mediação precisa entre a natureza exterior e um semelhante passivo. É a partir dessa formulação que Beauvoir consolida a narrativa de gênero como falácia; a mulher, dita fêmea socializada, é, ao homem, idêntico.

³ “Que significa, aqui, que a existência precede a essência? Significa que o homem existe primeiro, se encontra, surge no mundo, e se define em seguida. Se o homem, na concepção do existencialismo, não é definível, é porque ele não é, inicialmente, nada” (Sartre, em ‘O existencialismo é um humanismo’).



Ela não lhe opõe nem o silêncio inimigo da natureza, nem a dura exigência de um reconhecimento recíproco; por um privilégio único, ela é uma consciência e no entanto parece possível possuí-la em sua carne. Graças a ela, há um meio de escapar à implacável dialética do senhor e do escravo, que tem sua base na reciprocidade das liberdades. [...] A mulher apresentava-se assim como o inessencial que nunca retorna ao essencial, como o Outro absoluto, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 2009, p. 243).

Entendendo que homem e mulher divergem apenas enquanto nomenclatura e, conseqüentemente, socialização, podemos tornar ao ponto de partida; a construção do sexo- apêndice. Quando o homem não enxerga nos seus a tangente entre ser-existir e o segundo sexo se evidencia como a concretização material desse intermédio, este transcende a situação de objeto; ser o Outro por inteiro ainda apontava ser, e nessas circunstâncias, ser era todo o nada que o existir requeria abrir mão. Ora meta, ora muletas, o sexo-apêndice se difunde no imaginário de sustentação, nunca alicerce, e por isso segundo.

Aparecendo como o Outro, a mulher aparece ao mesmo tempo como uma plenitude de ser em oposição a essa existência cujo vazio o homem sente em si; o Outro, sendo posto como objeto aos olhos do sujeito, é posto como em si, logo como ser. Na mulher encarna -se positivamente a falta que o existente traz no coração, e é procurando alcançar-se através dela que o homem espera realizar-se (BEAUVOIR, 2009, p. 244).

Entretanto, tendo em vista a dependência do homem em afirmar sua liberdade na docilidade de outra, o sexo-apêndice passa a demandar controle; afinal, que seria uma consciência viva mitificada e autônoma se não, poderosa?

A assimetria das duas categorias, masculina e feminina, manifesta-se na constituição unilateral dos mitos sexuais. Diz-se, por vezes, “o sexo” para designar a mulher; é porque ela é a carne com suas delícias e seus perigos [...]. A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e que confundem com a verdade absoluta. É sempre difícil descrever um mito [...]. É por vezes tão fluído, tão contraditório que não se lhes percebe, de início, a unidade: Dalila e Judite, Aspásia e Lucrecia, Pandora e Atená, a mulher é, a um tempo, Eva e Virgem Maria. É um ídolo, uma serva, a fonte da vida, uma força das trevas; é o silêncio elementar da verdade, é artifício, tagarelice e mentira; o que cura e a que enfeitiça, é a presa do homem e sua perda, é tudo o que ele quer ter, sua negação e sua razão de ser”(BEAUVOIR, 2009, p. 246-247).



A fêmea agora feminina, atrelada ao ser, puro símbolo das próprias “funções”(biológicas), legitima a existência do homem quando o resguarda em sua forma mais primitiva: a animal-humana. É em meio ao defrontar deste com a impotência diante a eleita contendora de seus resquícios carnis (falíveis e instintivos), que, como em contato direto com sombra de um arquétipo, o quisto plácido transcende a, também, culpado e temido.

Por toda parte onde a vida se vai criando, [...] provoca repugnância porque só se faz em se desfazendo; o embrião visguento abre o ciclo que se fecha com a podridão da morte. Por ter horror à gratuidade e à morte, o homem abomina ter sido engendrado; gostaria de renegar suas ligações animais; em consequência de seu nascimento a Natureza assassina o domina. [...] A mácula do nascimento recai na mãe” (BEAUVOIR, 2009, p. 250).

Conforme a amplitude dos domínios e não domínios do homem, a outorga do corpo feminino como dócil, é, ao longo do regime patriarcal, cada vez mais conveniente;

Torna-se mesmo possível utilizá -la no interesse da coletividade. Percebe-se aqui outra fase desse movimento oscilatório que define a relação do homem com sua fêmea. Ele a ama enquanto ela lhe pertence, teme-a enquanto outro; mas é enquanto outro temível que ele procura torná-la mais profundamente sua, e é isso o que faz com que ele a eleve à dignidade de pessoa e a reconheça como semelhante” (BEAUVOIR, 2009, p. 285).

E sendo a família tradicional a primeira instituição a conceber no segundo sexo seu apêndice, é nela que se concentram os dois principais modelos domesticados: mãe e amante.

A partir do dia em que a mãe é santificada e escravizada pode-se sem medo reencontrá -la na companheira [...]. Resgatar a mãe é resgatar a carne e, portanto, a união carnal e a esposa. [...] Econômica e socialmente subordinada ao marido, a “boa esposa” é para o homem o mais precioso dos tesouros. Pertence-lhe tão profundamente que participa da mesma essência: ubi tu Gaius, ego Gaia; usa o nome dele, tem os mesmos deuses, ele é responsável por ela: chama-a sua metade. Ele orgulha-se de sua mulher como de sua casa, suas terras, seus rebanhos, suas riquezas e por vezes mais ainda; é através dela que manifesta sua força aos olhos do mundo; ela é sua medida e sua parte na terra . Entre os orientais, a mulher deve ser gorda: vê-se assim que é bem alimentada e honra seu s e n h o r . Um mulçumano é tanto mais considerado quanto maior número de mulheres florescentes possui. Na sociedade burguesa, um dos papéis reservados à mulher



é representar; sua beleza, seu encanto, sua inteligência, sua elegância são os sinais exteriores da fortuna do marido, ao mesmo título que a carroceria de seu automóvel. Mais pobre, elogia -lhe as qualidades morais e os talentos de dona de casa; o mais deserdado, se tem apego a mulher que o serve, imagina possuir alguma coisa na terra (BEAUVOIR, 2009, p. 293-294).

Apêndice, o segundo sexo é o procriador escravo da própria criação, o negativo do sujeito. Seu mito finda como alternativa de manutenção, manobrado por regimes sociais e sistemas econômicos (patriarcalismos e capitalismo) que dele ainda dependem. “Então [...] será plenamente um ser humano “quando quebrar a escravidão infinita da mulher [...]” (BEAUVOIR, 2009, p. 418).

MULHER OU MULHERES?

A desmistificação da naturalidade do gênero desenvolvida a primeiro momento por Beauvoir (1949) retira o ser mulher de uma origem biológica para o identificar enquanto categoria social de opressão. A partir da reorganização teórica do conceito de sexo, é possível compreender as definições de papéis sociais que constituem o “mito da mulher” e questionar a validade histórica e material dos mesmos. Sobre isso, a cientista social também francesa, Monique Wittig (1935-2003), desenvolve que ao questionar a materialidade do gênero, duas vertentes são possíveis: a tentativa de encontrar algo histórico-material que comprove e assim reforçar a existência do gênero ou compreender seu caráter opressor sobre as mulheres e a necessidade política de seu fim.

Simone de Beauvoir sublinha especificamente a falsa consciência que consiste em selecionar, dentre as características do mito (de que as mulheres são diferentes dos homens) aquelas que nos favorecem e usá-las para definir “mulheres” (WITTIG, 1992, p. 46).

Ela observa que apesar da primeira onda do feminismo tentar romper com a explicação darwinista de que o homem seria geneticamente superior à mulher, a ligação das características biológicas de ambos com seu comportamento social permaneceu, modificando apenas a questão de hierarquia natural entre eles. Esta manutenção de uma coodependência natural entre sexo e gênero é totalmente equivocada, pois “[...] nada é natural na sociedade” e termina por reafirmar o “mito da mulher”.

O mito da mulher (dito mito da feminilidade) baseia-se na ideia de que existe uma essência natural que define um indivíduo enquanto mulher, deste mito é possível observar alguns papéis sociais designados ao gênero feminino, dentre os quais estão: a maternidade, a feminilidade e o relacionamento heterossexual.



A dominação fornece às mulheres um corpo de dados de realidades, de a priori que, mais ainda por serem questionáveis, formam um enorme construto político, uma rede impermeável que afeta tudo, nossos pensamentos, nossos gestos, nossos atos, nosso trabalho, nossos sentimentos, nossos relacionamentos (WITTIG, 1992, p. 35).

A autora, enquanto lésbica, percebe no relacionamento entre mulheres, uma ruptura drástica com a expectativa social do que se entende por “mulher”, já que não se tem uma maternidade fácil e nem uma pressão de feminilidade. Entretanto, é válido ressaltar que por mulheres lésbicas não serem consideradas socialmente como “mulher”, é comum haver uma tentativa de se reafirmar enquanto a mesma, cedendo ao perigo de reforçar as expectativas de papéis de gênero associadas à fêmea socializada mulher. Sobre isso, a autora retoma a importância de compreender a categoria como controle masculino, não podendo de forma alguma permanecer na subjetividade de mulheres lésbicas, as quais já possuem uma ruptura com o sistema heterossexual de opressão.

Lésbica é o único conceito que conheço que está além das categorias do sexo (homem e mulher), porque o sujeito em questão (lésbica) não é mulher, seja em termos econômicos, seja em termos políticos ou ideológicos. Pois o que faz da mulher uma mulher é a relação social específica a um homem, uma relação à qual chamamos anteriormente de servidão [...] (WITTIG, 1992, p. 53).

Wittig compreende que o ser “mulher” está associado a uma relação direta com o homem, sendo uma espécie de oposto complementar mas que ocupa uma posição de dependência e subordinação. Numa abordagem marxista, a “mulher” encontra sua coletividade enquanto classe, mas é subjetivamente “mulheres” e é essa diversidade que pode compreender as nuances das lutas de classes, assim abrangendo as intersubjetividades pode-se evitar a opressão da homogeneização.

As mulheres responderem à pergunta do sujeito individual em termos materialistas significa primeiramente mostrar [...] que problemas supostamente “subjetivos”, “individuais”, “privados” são [...] sociais, problemas de classe; e que a sexualidade não é, para as mulheres, uma expressão individual e subjetiva, mas uma instituição social de violência. (WITTIG, 1992, p. 52).

Se o gênero é uma imposição de opressão que prevê controlar os corpos das fêmeas socializadas mulheres e “o mito da mulher” é um conjunto dessas regras de controle, é preciso fugir do termo “mulher”. Essa definição carrega em si uma limitação que impede



se enxergar as várias problemáticas que permeiam a existência dos sujeitos e não permite que elas sejam encaradas enquanto questões políticas, econômicas e sociais.

Portanto, o termo “mulher” que limita e homogeneiza, precisa ser abolido e dar lugar às “mulheres”, que são os sujeitos que carregam a socialização feminina mas que em sua subjetividade questionam e descumprem as características que compõem o “mito da mulher”. Ademais, é trazendo à luz as vivências de mulheres em seu sentido mais plural e diverso que é possível desconstruir a naturalidade de gênero e entender como funciona as ferramentas de opressão deste sobre as mulheres.

O CONTRATO SOCIAL HETEROSSEXUAL

Como compreendido por Monique Wittig em Não se nasce mulher, nas relações de poder, a identidade do dominado é baseada na oposição de seu dominador, conseqüentemente, o fazendo dependente da opressão. O contrato social é uma associação de poder, pois é impossível que haja um que agrade a todos, precisando assim suprimir as divergências e implicitamente obrigando o consenso. Como se trata de uma relação de poder, é possível compreender que o contrato é construído de acordo com a vontade do dominador (homem) e a parcela em desagrado será a dominada, ou seja, as mulheres.”A perenidade dos sexos e a perenidade dos escravos e senhores provém da mesma crença, e, assim como não existe escravo sem senhor, não existe mulher sem homem [...] “(WITTIG, 1992, p. 32).

Assumindo a ideia filosófica de Jean-Jacques Rousseau acerca do contrato social, numa perspectiva marxista de reformulação de contrato compreendendo as mulheres enquanto classe, Wittig desenvolve ao longo de seu ensaio “contrato social heterossexual” as associações constitutivas da nossa sociedade, as quais são implicitamente baseadas na heterossexualidade e na relação de poder opressora dos homens com as mulheres. É importante salientar que para Wittig, a opressão sobre as mulheres possui características que antecedem o mundo moderno do Contrato Social, o que depois tornou possível construir o cenário o qual ele se estabelece.

Sempre pensei que as mulheres fossem uma classe estruturada do mesmo modo que a classe dos servos.[...] Isso explica meu interesse pela noção pré-industrial do contrato social. Pois a estrutura da nossa classe em termos mundiais é feudal em essência e mantém lado a lado e nas mesmas pessoas formas de produção e de exploração que são capitalistas e pré-capitalistas ao mesmo tempo. (WITTIG, 1992, p. 70).



A relação de servidão apontada por Wittig, não é exclusiva do mundo moderno. Na filosofia grega clássica, Aristóteles assume uma dialética entre Razão (aquele que domina) e corpo (aquele que é dominado) evidenciada nas relações entre grupos humanos pertencentes a essas partes, nos quais as mulheres e os servos estão classificados como naturalmente dominados. Através dessa fundamentação filosófica, evidencia-se que as mulheres são idealizadas historicamente em oposição à Razão, associadas ao lugar de corpo e que apenas através dele elas poderiam realizar-se em poder. Entretanto, um poder considerado baixo e subversivo, como é evidenciado no livro “Malleus Maleficarum” usado para condenar as mulheres a inquisição:

E na verdade, pelo seu primeiro defeito de inteligência, são mais propensas a abjurar da fé, assim, como no segundo defeito de afetos e paixões exageradas, procuram, matutam e infligem diversas vinganças, seja por bruxaria ou outros meios. Pelo qual não é assombroso que existam tantas bruxas neste sexo. (KRAMER, 2007, p. 54).

Embora antiga, essa formulação de contrato, como previsto por Rousseau e reiterado por Wittig, pode ser quebrada e reorganizada segundo a classe em desvantagem. Para isso, a autora propõe a alternativa marxista de emancipação de classe: “Sempre pensei que as mulheres fossem uma classe estruturada do mesmo modo que a classe dos servos. Agora vejo que elas só podem se desvencilhar da ordem heterossexual fugindo uma por uma”. (WITTIG, 1992, p. 70).

E EU NÃO SOU UMA MULHER?

De todo o recorte de violências (simbólicas, psíquicas ou físicas) legitimado contra as mulheres na sombra de uma dominação justaposta, o estupro é, indubitavelmente, uma de suas expressões mais inquietantes aos olhos sociais – ou será que não?

Uma vez que o objetivo do contrato social heterossexual (1992), é a manutenção do homem dono-preeminente sobre a mulher passiva, e esta, na condição mito, ainda demanda um controle tangível, a vigilância da sexualidade (para domínio absoluto de um indivíduo) evidencia-se seu instrumento.

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (FOUCAULT), 1988, p. 98).



Lugar sensível, (simultaneamente a submissão de um corpo dócil apossado e a tomada de sua disponibilidade a posse), a violência sexual dotada de um imaginário de dominação, choca quando reflete a brutalidade física de uma realidade abstrata. Entretanto, do próprio estupro ao trabalho braçal, é a naturalização da condição de mulheres negras frente a crescente do feminismo e suas reivindicações, um dos fatores da bifurcação entre as mulheridades, ao invés do vigor da interseccionalidade;

Um motivo importante para o estupro de mulheres negras jamais ter recebido a pouca atenção que o estupro de mulheres brancas recebe é o fato de o público branco sempre ter visto mulheres negras como disponíveis e ansiosas por receber violações sexuais de quaisquer homens, negros ou brancos. A designação de todas as mulheres negras como depravadas, imorais e sexualmente desinibidas surgiu no sistema de escravidão. Mulheres e homens brancos justificaram a exploração sexual de mulheres negras escravizadas, argumentando que elas iniciavam o envolvimento sexual com homens. Desse pensamento, emergiu o estereótipo de mulheres negras como selvagens sexuais e, em termos sexistas, uma selvagem sexual, não humana, animal não é estuprada. (hooks, 2019, p. 85-86).

Em menção ao discurso da abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americana, Sojourner Truth⁶ (nascida Isabella Baumfree, alforriada em 1828); a primeira obra de grande alcance de um dos maiores nomes do feminismo negro, publicada em 1875, *E Eu Não Sou Uma Mulher?* da professora norte-americana, bell hooks (1952-2021), que com o enfoque preciso de teórica social, traz uma análise histórico-estrutural, (sobre e entre a realidade estadunidense), em decorrência da formação do sistema patriarcal-capitalista e seu processo colonizador, como berço das desigualdades de classe, gênero e raça. Nesta, é revisada a situação da mulher negra de não ser. A mulher de Beauvoir é o negativo do homem, a mulher de Wittig é a oprimida e a mulher de hooks, não é. A marcante fala de Truth, proferida na Convenção de Mulheres em Akron, inspira a hooks do começo ao fim, carregando em si o desabafo e exigência a um reconhecimento básico a qualquer sujeito: o de sua humanidade. Na vertical de um feminismo hegemônico, enquanto umas lutavam pela emancipação da condição de sujeito associado, outras sequer o eram. Resultado do sexismo e racismo simultâneos, a mulheridade negra é duplamente oprimida, chegando à própria marginalização quando evidenciada sua classe. As palavras de Truth ecoam desde 1851, e seguem em premissa:

⁶ <https://www.womenshistory.org/exhibits/sojourner-truth>



Olhem pra mim! Olhem pro meu braço! Tenho arado e plantado, e juntado em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E eu não sou uma mulher? Posso trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem - quando consigo o que comer - e aguentar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Dei à luz treze filhos, e vi a grande maioria ser vendida para a

escravidão, e quando eu chorei com minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher?

Então eles falam sobre essa coisa na cabeça; como a chamam mesmo? [alguém na plateia sussurra, “intelecto”] É isso, meu bem. O que isso tem a ver com os direitos das mulheres ou dos negros? Se a minha xícara não comporta mais que uma medida, e a sua comporta o dobro, você não vai deixar que a minha meia medidazinha fique completamente cheia?”

[...] Se a primeira mulher feita por Deus teve força bastante para virar o mundo de ponta-cabeça sozinha, estas mulheres juntas serão capazes de colocá-lo na posição certa novamente! E agora que elas estão querendo fazê-lo, é melhor que os homens permitam. (Versão do discurso ‘Ain’t I a Woman?’, traduzido para o inglês por Frances Cage em History Of Women ‘s Suffrage).

CONCLUSÃO

A criação da mulher se inicia na construção do mito. O mito da mulher construiu uma narrativa de feminilidade particular em oposição ao masculino universal. Tal oposição, não se faz meramente como diferenciação subjetiva, mas em caráter hierárquico de opressão que sistematiza as ações do sujeito humano em divisões essencialmente desiguais com objetivo de controle e dominação daquele que é considerado o desconhecido. Ademais, a divisão se torna mais complexa à medida que as características do sujeito se revelam de modo a não ser possível evitar os conflitos de identificação, e é por meio do conflito gerado na inadequação do sujeito, que faz-se possível compreender os desdobramentos da sistematização opressora das relações. Desse modo, as características trazidas por Monique Wittig de “contrato social heterossexual” e por bell hooks de dominação colonizadora, de maneira a questionar a estrutura patriarcal, trouxeram consigo o potencial que evidenciou outras duas formas de opressão sistêmicas aos sujeitos que primordialmente recaem sobre as fêmeas humanas: a heterossexualidade compulsória e o racismo.



REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone, de. O Segundo Sexo. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira S.A., 2009.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade do saber. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1988.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e o feminismo. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 2019.

KRAMER, Heinrich. SPRENGER, James. O Martelo das Feiticeiras: Malleus Maleficarum. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 2007.

STANTON, Candy, Elizabeth et al. History of Woman Suffrage. New York, NY: Nabu Press, 2012.

WITTIG, Monique. O Pensamento Hetero e outros ensaios. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.